

A FUNDAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NO SEGUNDO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS (1951-1954)

Amanda Pereira dos Santos¹

Resumo

Vitorioso na eleição presidencial de 1950, Getúlio Vargas mostrou-se preocupado com o povoamento do território nacional e com a política imigratória que deveria ser implementada pelo governo, uma vez que o fluxo migratório voltou a se elevar pós Segunda Guerra Mundial. Assim, o presente artigo aborda, em um primeiro momento, a atividade política exercida por Vargas logo após o término do Estado Novo e, em um segundo momento, o projeto de criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização e da Carteira de Colonização do Banco do Brasil.

Palavras-chave: Segundo governo Vargas. Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Carteira de Colonização do Banco do Brasil. Política imigratória.

Recebido em 11 de junho de 2018 e aprovado para publicação em 29 de dezembro de 2018

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Faculdade de Ciências e Letras (UNESP/Assis). Correio eletrônico: amandapds19@gmail.com

Introdução

Existe uma vasta bibliografia acerca do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e da política imigratória instituída neste período. São precárias, contudo, pesquisas mais sistemáticas a respeito do seu segundo governo (1951-1954) e do movimento migratório ocorrido a partir da segunda metade do século XX.

Apesar da historiografia brasileira não ter se debruçado extensamente sobre esses objetos de estudo, o mandato presidencial de Vargas na década de 1950 destaca-se pela criação de instituições e projetos que ultrapassaram o contexto no qual surgiram, influenciando, assim, a história do Brasil mesmo após o suicídio do presidente. A imigração, por sua vez, voltou a se elevar com o término da Segunda Guerra Mundial e mais de quatrocentos e cinquenta mil imigrantes dirigiram-se para o Brasil no período de 1950 a 1957².

Assim, este artigo propõe-se a abordar o segundo governo de Vargas, as diretrizes de sua política econômica e as funções atribuídas ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização e à Carteira de Colonização do Banco do Brasil, uma vez que estes órgãos foram elaborados e propostos por Vargas ao Congresso Nacional em 1952 e permaneceram em atividade até 1962.

O retorno de Getúlio Vargas

Afastado do poder pelos militares em 1945, os quais determinaram o súbito término do Estado Novo, Vargas contou com amplo apoio popular e foi eleito para o Senado por dois estados, Rio Grande do Sul e São Paulo. Ele aceitou o mandato de senador do Partido Social Democrático (PSD) pelo estado sulista em 1946 e compareceu com pouca frequência no órgão legislativo, ao passo que o seu rancho em São Borja tornou-se um ponto de encontro de aspirantes a políticos³.

O ex-presidente adotou uma postura conciliatória em relação aos seus adversários, liderados por políticos da União Democrática Nacional (UDN) que mantiveram sua oposição ao Estado Novo. Diante das críticas, Getúlio Vargas realizou um extenso discurso no Senado a fim de justificar o golpe de 1937 como a única alternativa que se mostrou capaz de impedir uma possível guerra civil. De acordo com

² LESSER, Jeffrey. *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. São Paulo: Editora UNESP, 2015, p. 243.

³ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 107.

Thomas E. Skidmore, essa estratégia política revelou-se profícua a partir de 1949 e Vargas conseguiu mudar gradativamente sua imagem de “o ditador” para “o democrata”⁴.

Nesse novo contexto político, Getúlio Vargas precisava basear o seu retorno em determinado partido. Em um primeiro momento, ele trabalhou para dar forma ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado sob sua direção em 1945, mas constatou que os compromissos partidários eram frágeis e pouco confiáveis, de modo que um político não precisava aliar-se somente a um partido. Assim, Vargas manteve a diligência de considerar os seus velhos contatos. Sua filiação partidária como senador era no PSD, porém foi na “cooperação” entre este partido e o PTB que Getúlio fundamentou sua candidatura, uma vez que pretendia garantir a lealdade dos tradicionais líderes políticos no interior por meio do PSD e, simultaneamente, obter força eleitoral nos centros urbanos por intermédio do PTB. Além disso, Vargas conquistou o apoio do político populista Adhemar de Barros, o qual havia formado uma importante máquina eleitoral, o Partido Social Progressista (PSP), que se estendia pelo interior do estado de São Paulo⁵.

No começo de 1950, com a garantia dada pelo influente comandante superior, Góes Monteiro, de que os militares não se oporiam à candidatura do ex-presidente, o PSP e o PTB escolheram Getúlio Vargas como o seu candidato na eleição presidencial e ele aceitou ambas as indicações. O PSD, sob a influência do presidente Dutra, que se incomodava com as críticas de Vargas ao governo vigente, indicou o seu próprio candidato, Cristiano Machado, e a UDN designou novamente Eduardo Gomes, seu candidato de 1945⁶.

As propostas da campanha eleitoral

De acordo com Maria Celina S. D'Araújo⁷, Vargas apresentou-se ao eleitorado como um candidato de união, sem qualquer vínculo partidário vigorosamente consolidado, mas essencialmente baseado em sua liderança carismática e em sua relação direta com as massas. Ele propunha uma política conciliatória que tencionava incluir todos os partidos e todas as tendências, ignorando o potencial desagregador que

⁴ SKIDMORE, op. cit., 2010, p. 108.

⁵ SKIDMORE, op. cit., 2010, p. 109.

⁶ SKIDMORE, op. cit., 2010, p. 110-11.

⁷ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O Segundo Governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. São Paulo: Ática, 1992.

o getulismo representava para o sistema partidário. A oposição, por sua vez, estava dividida e não apresentava um candidato de “união”. Dessa forma, Getúlio constituiu uma admirável aliança entre velhas e novas forças políticas no Brasil, representadas pelos políticos de estilo tradicional, que percebiam a atividade política como um meio de poder e de patronagem, e pelos políticos populistas, os quais conseguiam obter os votos das massas urbanas em expansão⁸.

Durante toda a campanha presidencial, Getúlio Vargas destacou suas realizações de 1930 a 1945, principalmente no que se refere à política econômica. Ele defendia a aceleração da industrialização e o fortalecimento autônomo da economia nacional. Segundo D’Araújo, a questão nacional era vista, sobretudo, como a luta pela independência econômica do país, além de estar totalmente integrada à “questão social”, pois a emancipação nacional seria uma condição fundamental para a emancipação do povo brasileiro.

Vargas preocupava-se com o incentivo às produções da agricultura e da indústria, bem como almejava estabelecer uma política clara e objetiva acerca da exploração dos recursos minerais e da utilização do capital estrangeiro. Esses elementos eram considerados os suportes principais para a execução da política econômica proposta pelo governo e se encontravam extremamente associados: a agricultura deveria ser industrializada, a industrialização deveria ter como prioridade a indústria de base e os recursos naturais deveriam ser explorados por capitais nacionais. Dessa forma, critérios seletivos deveriam ser impostos à participação do capital estrangeiro na economia brasileira.

De acordo com Pedro Paulo Z. Bastos e Pedro Cezar D. Fonseca⁹, Getúlio Vargas defendia que o mercado livre e autorregulado não era capaz de assegurar o desenvolvimento econômico e a redução da desigualdade social, pois tendia a agravá-la em meio às crises econômicas graves e recorrentes. Ele declarava que o Estado deveria intervir a fim de corrigir os defeitos do mercado, colaborando para melhorar a posição do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho e para garantir maior coesão social. Sendo assim, Vargas reconhecia que o Estado deveria realizar uma espécie de regulação pública do individualismo econômico e elaborar novos direitos trabalhistas e políticas sociais, bem como deveria orientar e apoiar atividades privadas de investimento consideradas de interesse público. Por outro lado, o Estado poderia

⁸ SKIDMORE, op. cit., 2010, p. 111.

⁹ BASTOS, Pedro Paulo Z.; FONSECA, Pedro Cezar D. (orgs.). *A era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

concentrar recursos diretamente através de empresas estatais e bancos públicos com o objetivo de efetuar investimentos requisitados pela modernização econômica do país.

Getúlio também fez campanha evidenciando a necessidade de ampliação e fortalecimento da legislação de bem-estar social concebida na década de 1930. Em 1946, ele declarou que a democracia capitalista e liberal, que estabelecia a desigualdade, havia findado e, em seu lugar, emergia a democracia socialista e trabalhista¹⁰.

Um novo governo Vargas: 1951-1954

Em 3 de outubro de 1950, a eleição presidencial foi realizada. Getúlio Vargas, pela primeira e única vez, conquistou o mais alto cargo do poder executivo por meio do voto popular direto. Para a grande insatisfação da UDN e de setores do PSD, ele saiu vitorioso da eleição com quase a maioria absoluta dos votos para presidente (48,7%), seguido por Gomes (29,7%) e Machado (21,5%)¹¹.

Com a posse de Vargas em 1951, segundo Felipe S. Souza, houve uma mudança significativa na concepção governamental a respeito da natureza da intervenção estatal na economia, uma vez que as autoridades políticas passaram a exercer papéis mais ativos nos sistemas econômico e institucional do país com a intenção de propor recursos de estímulo ao desenvolvimento industrial e de consolidação da demanda agregada interna. Projetos de reaparelhamento da infraestrutura também foram elaborados, sobretudo nos setores de transporte e energia, a fim de assegurar que o processo de evolução industrial e capitalista não fosse limitado devido aos pontos de estrangulamentos infraestruturais¹².

Durante o seu segundo governo, Getúlio Vargas não instaurou uma luta anti-imperialista, mas resguardou a hegemonia do capital nacional nos domínios considerados primordiais para o desenvolvimento do Brasil, a exemplo dos setores siderúrgico e petrolífero extrativo. Por outro lado, a entrada de capital estrangeiro, tanto em forma de investimento direto privado como financiamentos oriundos de instituições multilaterais, como o BIRD e o Eximbank, foi estimulada e destinada às áreas que pudessem complementar o processo de desenvolvimento nacional. Os acordos

¹⁰ SKIDMORE, op. cit., 2010, p. 112.

¹¹ SKIDMORE, op. cit., 2010, p. 113.

¹² SOUZA, Felipe Sanches. *As distintas interpretações acerca do projeto de industrialização do governo Getúlio Vargas (1951-1954) e suas influências no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961)*. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Araraquara, 2012, p. 131.

estabelecidos pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos referiam-se ao financiamento de investimentos em energia, frigoríficos, transportes, bem como à modernização da agricultura e da indústria de base, como os setores petroquímico e siderúrgico. Além disso, o governo de Vargas buscou selecionar as importações com o propósito de oferecer determinadas vantagens às empresas importadoras de bens de capital, de equipamentos e insumos de produção, em uma clara tentativa de proteção à indústria local¹³.

O contexto geopolítico do pós Segunda Guerra favoreceu o desenvolvimento de diversos projetos sul-americanos, apoiados pelas principais economias capitalistas, principalmente a estadunidense, as quais ambicionaram conter o avanço do comunismo nos países em desenvolvimento. Assim, o Brasil garantiu o apoio financeiro e político de investimentos dirigidos para a expansão e modernização da infraestrutura nacional, bem como auxílios para a consolidação do mercado interno por meio da concessão de crédito¹⁴.

Do ponto de vista da capacidade decisória, o segundo governo Vargas foi muito produtivo. Segundo D'Araújo, diversos projetos importantes foram aceitos, como o da Petrobrás e o do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, apesar de não ter existido uma coalizão governamental estável no parlamento. Tais projetos foram aprovados, inclusive, graças ao apoio da UDN, partido que na maioria das situações apresentou uma postura de oposição a Getúlio. Desse modo, a capacidade decisória do governo foi possível porque não houve qualquer coalização alternativa de veto que pudesse impedir a aprovação de suas políticas públicas. Em 1954, a votação contrária ao *impeachment* comprovou a ausência de tal coalização, fator que contribuiu para que o ultimato contra o governo de Vargas partisse novamente dos setores militares.

Vinte e sete generais, sob a liderança de conhecidos opositores a Getúlio, divulgaram um “Manifesto à Nação” no qual exigiram a renúncia do presidente. Vargas consultou seus ministros e concordou em tirar uma licença, mas deixou claro que encontrariam somente o seu cadáver caso pretendessem depô-lo. Após a repercussão do ultimato dos militares na manhã de 24 de agosto de 1954, o presidente cumpriu com sua palavra e se suicidou com um tiro no coração¹⁵.

O legado da Era Vargas é intrínseco às instituições que auxiliaram a orientar o desenvolvimento econômico e social posterior do Brasil. Rômulo de Almeida, chefe da

¹³ SOUZA, op. cit., 2012, p. 131-34.

¹⁴ SOUZA, op. cit., 2012, p. 133.

¹⁵ SKIDMORE, op. cit., 2010, p. 176-77.

assessoria econômica durante o segundo mandato presidencial, relembra que este governo de Vargas tem despertado um interesse particular pela herança econômica positiva no que se refere à política do desenvolvimento e pelo legado político para a crise de representação no país. No período em questão, foram lançados os projetos da Eletrobrás, estabelecidos o Banco do Nordeste do Brasil e a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia, instituídos a Carteira de Colonização do Banco do Brasil e o Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Assim, a atualidade desse legado institucional é inquestionável, como um símbolo material do período no qual Vargas foi o principal protagonista¹⁶.

A fundação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização e da Carteira de Colonização do Banco do Brasil

Na conjuntura de fundação desses órgãos governamentais, o projeto que deu origem ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) e à Carteira de Colonização do Banco do Brasil chama a atenção por ter ultrapassado o período do governo de Vargas, sendo extinto somente no mandato de João Goulart por meio da Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962, a qual criou a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e extinguiu o Serviço Social Rural, o Conselho Nacional da Reforma Agrária, o Estabelecimento Rural do Tapajós e o INIC.

Coube ao Instituto o desempenho das atividades anteriormente atribuídas à Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, ao Conselho de Imigração e Colonização e ao Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio¹⁷. Assim, a partir de janeiro de 1954, o INIC passou a ser o órgão responsável pelo encaminhamento de trabalhadores nacionais de uma região para outra, pela execução do programa nacional de colonização do território brasileiro, bem como orientou e promoveu a seleção, entrada, distribuição e fixação dos imigrantes¹⁸.

O Instituto Nacional de Imigração e Colonização ficou sob a jurisdição do Ministério da Agricultura e sua administração era composta por uma Diretoria Executiva, assistida por um Conselho Consultivo e um Conselho Fiscal. Tanto a diretoria quanto o primeiro conselho eram constituídos por membros nomeados diretamente pelo presidente da República. O Conselho Consultivo também contou com a participação de

¹⁶ BASTOS; FONSECA, op. cit., 2012.

¹⁷ Lei nº 2.163, de 5 de Janeiro de 1954. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2163-5-janeiro-1954-361499-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

¹⁸ Lei nº 2.163, de 5 de Janeiro de 1954. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2163-5-janeiro-1954-361499-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

integrantes do Banco do Brasil, da Confederação Rural Brasileira e de quatro ministérios – da Justiça e Negócios Interiores, do Trabalho, Indústria e Comércio, das Relações Exteriores e da Agricultura.

Na Mensagem nº 180-1952, dirigida aos membros do Congresso Nacional, Getúlio Vargas apresentou o projeto anexo à lei que criava o INIC e a Carteira de Colonização do Banco do Brasil, suscitando os debates legislativos a respeito da fundação e administração destes órgãos. Em seu texto, Vargas destacou que o governo possuía três problemas entrelaçados: o de oferecer melhores condições de vida ao trabalhador rural brasileiro; o de encaminhar prudentemente as correntes migratórias a fim de povoar o país e recuperar suas terras; e o de enriquecer o quadro demográfico nacional, em curto prazo, pelas suas consequências na imediata produtividade agrícola e industrial, bem como na elevação dos níveis cultural e técnico da população brasileira¹⁹.

Em primeiro lugar, apresentava-se a questão do trabalhador rural nacional, o acesso à terra pela população economicamente mais pobre, e a melhoria do padrão da pequena propriedade e da exploração rural. Para Vargas, “o problema da terra constitui um ponto crucial na evolução econômica e social do País”. Assim, o INIC deveria promover os meios técnicos e financeiros para que o trabalhador rural pudesse adquirir sua propriedade, uma vez que esta era “a única forma eficaz de fixar o homem à terra, criando-lhe o apêgo pelo que é seu e dando-lhe estímulo para produzir mais e melhor”²⁰. Por meio de um planejamento racional, novas bases para a ocupação dos “espaços vazios” deveriam estabelecer-se, assim como as explorações agrícolas ao redor das cidades poderiam adotar novas técnicas de produção.

No corpo de sua mensagem, o presidente fez questão de sublinhar que a prioridade na distribuição de lotes de terra em regiões rurais e na prestação de todas as formas de auxílio procedentes do governo caberia sempre ao trabalhador nacional. Vargas defendia que a colonização do Brasil deveria ocorrer do seguinte modo:

Abrindo novas zonas de produção, que irão contribuir para elevar a produtividade geral da nação e indicando ao homem do campo brasileiro novas formas de vida e de produção, estaremos dando um passo acertado para uma colonização equilibrada do país²¹.

¹⁹ Mensagem nº 180-1952 de Getúlio Vargas. Dossiê da Câmara dos Deputados referente ao PL 2110/1952. Arquivo da Câmara dos Deputados, p. 2.

²⁰ Mensagem nº 180-1952 de Getúlio Vargas. Dossiê da Câmara dos Deputados referente ao PL 2110/1952. Arquivo da Câmara dos Deputados, p. 3.

²¹ Mensagem nº 180-1952 de Getúlio Vargas. Dossiê da Câmara dos Deputados referente ao PL 2110/1952. Arquivo da Câmara dos Deputados, p. 3

Ao lado do encaminhamento, fixação e amparo do trabalhador nacional, Getúlio declarou que era preciso cumprir o desenvolvimento da imigração.

Manifestei desde a campanha eleitoral meu desejo de tomar as medidas possíveis nesse sentido [do desenvolvimento da imigração]. Efetivamente, determinei o afastamento de todos os entraves à imigração decorrentes de uma interpretação exageradamente suspicaz e restritiva da legislação vigente, recomendei a negociação de acordos para facilitar as correntes migratórias e o estudo de uma reforma na legislação²².

Esta declaração de Vargas a respeito do conjunto de leis relacionado à imigração apresenta-se de maneira ambígua, uma vez que as primeiras importantes restrições à entrada de estrangeiros surgiram na Constituição de 1934, período em que Getúlio já ocupava o cargo de presidente do Brasil. Esta Constituição incluiu a lei de cotas, a qual estabeleceu que cada nacionalidade de imigrantes poderia ingressar no país desde que fosse respeitado o limite de 2% sobre o total dos que haviam imigrado nos cinquenta anos anteriores²³. As ideias eugênicas, em suas diferentes formas e expressões, adquiriram expressiva importância no decorrer do primeiro governo Vargas, quando os defensores da eugenia²⁴ passaram a formular sugestões para a política imigratória, sugestões estas que foram de fato executadas²⁵.

No período do Estado Novo, as propostas de inserção dos imigrantes em território brasileiro foram elaboradas de acordo com projetos nacionalistas, que compreendiam uma política imigratória limitada e seletiva. Além disso, diversos grupos de estrangeiros eram associados a problemas referentes à ameaça de desfiguração e ao “desnaturamento” do povo brasileiro. O denominado “enquistamento” das minorias nacionais ou étnicas²⁶ surgiu como parte desse mesmo problema e passou a ser

²² Mensagem nº 180-1952 de Getúlio Vargas. Dossiê da Câmara dos Deputados referente ao PL 2110/1952. Arquivo da Câmara dos Deputados, p. 3-4.

²³ GERALDO, Endrica. *O Perigo Alienígena: Política Imigratória e Pensamento Racial no Governo Vargas (1930-1945)*. 2007. 238 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2007, p. 61.

²⁴ Segundo Endrica Geraldo, “em 1883, o matemático, fisiologista e expoente do evolucionismo, Francis Galton, inaugurou o termo eugenia para referir-se às utilizações sociais que os estudos sobre hereditariedade poderiam oferecer. A eugenia passou a configurar, a partir de então, os estudos, debates e propostas a respeito da reprodução humana com o objetivo de melhoramento da espécie. Estava em questão a possibilidade de intervenção social por parte de programas públicos e por médicos, sanitaristas e outros profissionais, no sentido de estimular a reprodução de indivíduos considerados mais ‘aptos’, ou mais apropriados, em detrimento dos que poderiam ser considerados inferiores ou “não-aptos”. Mas foi no início do século XX que a eugenia, como ciência e como movimento social, passou a atrair inúmeros adeptos em diversos países” GERALDO, op. cit., 2007, p.11-12.

²⁵ KOIFMAN, Fábio. *Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 28.

²⁶ Foram denominados de “quistos étnicos” ou “quistos raciais” as colônias homogêneas formadas por imigrantes no território nacional, principalmente as colônias alemãs no sul do país e as colônias japonesas no Estado de São Paulo, as quais passaram a ser definidas como inassimiláveis. GERALDO, op. cit., 2007, p. 29.

mencionado como “problema imigratório do Brasil”, pois era visto como uma ameaça à unidade nacional²⁷.

Em seu segundo governo, Vargas apontava que a vinda de imigrantes qualificados para o Brasil poderia favorecer as atividades agrícolas e industriais. Em suas palavras,

Uma contribuição valiosa à melhoria das condições de produtividade da população brasileira é, sem dúvida, a vinda de bons contingentes imigratórios, capazes, pelo seu trabalho qualificado, na agricultura e na indústria, de transmitir ao trabalhador nacional as técnicas mais aperfeiçoadas postas em prática em seus países de origem. Importância fundamental, conseqüentemente, dever ser atribuída ao problema da imigração e as questões que lhe são correlatas, tais como a colocação, a distribuição, a colonização e a assimilação²⁸.

Getúlio Vargas mostrou-se interessado em orientar as “massas imigratórias” para as regiões do Norte e do Centro do Brasil a fim de que “a colonização européia dessas vastas regiões” fosse realizada. Ele advertia que os meios de transporte e de comunicação, assim como as condições sanitárias, encontravam-se muito mais desenvolvidos do que os encontrados pelos imigrantes no século XIX, período em que se estabeleceram no Sul do país. Além disso, “as conquistas da ecologia” contemporâneas poderiam assegurar a melhor adaptação dos indivíduos a todos os climas²⁹.

Por outro lado, o presidente afirmou que o governo deveria criar maiores facilidades para o movimento imigratório e adotar medidas para atraí-lo desde que fosse “atendido naturalmente o interesse nacional de evitar elementos perturbadores e indesejáveis”³⁰. Segundo Fábio Koifman, existiu uma vasta categoria de imigrantes considerados “indesejáveis” para o Brasil durante o primeiro governo Vargas. Eram eles os portadores de deficiências físicas, os doentes, os envolvidos em movimentos políticos ou sociais, os refugiados de guerra e os imigrantes negros³¹.

Sendo assim, na perspectiva de Vargas, o imigrante a ser assimilado no território nacional na década de 1950 deveria ser “o agricultor e o artífice com um nível de instrução geral e de experiência técnica, que representam um grande desafogo na carência nacional de trabalhadores qualificados e técnicos”. Esses imigrantes poderiam ensinar os trabalhadores nacionais a utilizarem as “técnicas modernas”, uma vez que

²⁷ KOIFMAN, op. cit., 2012, p. 29

²⁸ Mensagem nº 180-1952 de Getúlio Vargas. Dossiê da Câmara dos Deputados referente ao PL 2110/1952. Arquivo da Câmara dos Deputados, p. 4.

²⁹ Mensagem nº 180-1952 de Getúlio Vargas. Dossiê da Câmara dos Deputados referente ao PL 2110/1952. Arquivo da Câmara dos Deputados, p. 4

³⁰ Mensagem nº 180-1952 de Getúlio Vargas. Dossiê da Câmara dos Deputados referente ao PL 2110/1952. Arquivo da Câmara dos Deputados, p. 4

³¹ KOIFMAN, op. cit., 2012, p. 38

estes não dispunham de preparação e não tinham acesso ao ensino vocacional e técnico³². Vargas evidenciou a figura do imigrante desejável como um “fator de produção” e um elemento aditivo aos recursos do Brasil.

Além da técnica, traz o imigrante, conforme a experiência tem mostrado, um capital próprio, em forma de instrumentos, máquinas e objetos de uso que, no conjunto, representa uma considerável adição aos recursos do País. Por tudo isso, o imigrante é um fator de produção que se integra no nosso sistema econômico e social e vem prontamente atender a procura ascendente do nosso mercado³³.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, a política imigratória sofreu transformações em diversos países e o fluxo migratório voltou a se elevar³⁴. Na perspectiva de Vargas, este fluxo tornou-se um tema de grande interesse para a maioria das nações. Nos países de emigração, tal interesse traduzia-se pela necessidade de controlar o fluxo emigratório para que os limites não fossem ultrapassados e, em relação aos países de imigração, seria conveniente “selecionar os elementos que lhe possam ser mais úteis e situá-los nas áreas onde mais oportuna e necessária é sua colaboração”³⁵. No caso do Brasil, essa seleção deveria ser realizada pelo INIC, pois estava sob sua responsabilidade o planejamento e o desempenho de todos os aspectos da imigração e do povoamento.

O Instituto, embora diretamente vinculado à Administração Central, gozará da mais completa mobilidade de ação, de forma a controlar tôdas as fases da imigração e da colonização, visando racionalizar a imigração externa, desde a seleção dos imigrantes até sua definitiva fixação, e disciplinar as migrações internas³⁶.

No cumprimento de suas funções, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização estava habilitado a firmar acordos e contratos com os estados, municípios e entidades públicas ou privadas. Além disso, poderia instalar agências de colocação com o objetivo de realizar o levantamento e o cadastro da mão de obra disponível nas áreas rural e urbana. A partir desses dados, Vargas apontava que o INIC seria capaz de orientar a migração interna e “distribuir o trabalhador nacional migrante pelas diversas

³² Mensagem nº 180-1952 de Getúlio Vargas. Dossiê da Câmara dos Deputados referente ao PL 2110/1952. Arquivo da Câmara dos Deputados, p. 5.

³³ Mensagem nº 180-1952 de Getúlio Vargas. Dossiê da Câmara dos Deputados referente ao PL 2110/1952. Arquivo da Câmara dos Deputados, p. 5.

³⁴ PERES, Elena P. *A Inexistência da Terra Firme: A Imigração Galega em São Paulo, 1946-1964*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; FAPESP, 2003, p. 32.

³⁵ Mensagem nº 180-1952 de Getúlio Vargas. Dossiê da Câmara dos Deputados referente ao PL 2110/1952. Arquivo da Câmara dos Deputados, p. 6.

³⁶ Mensagem nº 180-1952 de Getúlio Vargas. Dossiê da Câmara dos Deputados referente ao PL 2110/1952. Arquivo da Câmara dos Deputados, p. 8.

regiões do país, de acôrdo com as necessidades locais”, possibilitando, assim, o assentamento “à terra onde melhor convier a êle e ao país”³⁷.

Os importantes encargos atribuídos ao INIC puderam contar com os recursos da Carteira de Colonização do Banco do Brasil, que foi mantida, de um lado, pelos fundos do Tesouro Nacional e, por outro lado, pelos recursos diretamente mobilizados na Caixa do Banco do Brasil e pela venda de títulos especiais. Assim, coube a essa Carteira promover a aplicação de capitais estrangeiros e nacionais, públicos e privados, nos projetos de imigração e colonização promovidos pelo Instituto. Para Getúlio Vargas, a cooperação entre esses órgãos governamentais deveria alcançar as seguintes metas:

a orientação do povoamento, a melhoria das condições de vida do nosso trabalhador rural, desenvolvimento da agricultura e melhoria do abastecimento e o aperfeiçoamento e expansão da indústria nacional, que requerem alta dose de imigrantes estrangeiros³⁸.

● primeiro ano de atividade do INIC

Em agosto de 1955, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e o Governo do Estado de São Paulo, representados, respectivamente, por Dr. Carlos Viriato Saboya e Breno Leme Asprino, estabeleceram um acordo com o objetivo de “reger a execução das atividades de recepção, desembarque, desembaraço de bagagem, hospedagem, encaminhamento e colocação de migrantes nacionais e imigrantes”³⁹ no Estado em questão. Vigente até dezembro de 1955, esse acordo definiu que o Departamento de Imigração e Colonização, pertencente à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, seria o órgão responsável pelo desempenho de todas as atividades citadas acima, além da assistência médico-social, no que se referia aos migrantes nacionais, que se encaminhavam a São Paulo por via marítima ou terrestre, e aos imigrantes dirigidos, “isto é, portadores de visto consular classificado no artigo 10 do Decreto-lei nº 7.967, de 18 de setembro de 1945⁴⁰, desembarcados naquele Estado por via marítima ou aérea”⁴¹.

³⁷ Mensagem nº 180-1952 de Getúlio Vargas. Dossiê da Câmara dos Deputados referente ao PL 2110/1952. Arquivo da Câmara dos Deputados, p. 9-10.

³⁸ Mensagem nº 180-1952 de Getúlio Vargas. Dossiê da Câmara dos Deputados referente ao PL 2110/1952. Arquivo da Câmara dos Deputados, p. 12.

³⁹ Acôrdos entre o INIC e Gôvernos Estaduais para a Execução de Serviços de Hospedagem e Colocação de Imigrantes e Migrantes Nacionais. *Revista de Imigração e Colonização*. Órgão Oficial do Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Nova Fase. Ano XIV-XVI, Rio de Janeiro, 1955, p. 28.

⁴⁰ O artigo 10 do Decreto-lei nº 7.967 de 1945 estabeleceu que o visto permanente especial apenas poderia ser concedido ao estrangeiro que estivesse em condições de permanecer definitivamente no Brasil. A concessão deste visto também dependia de “prévia seleção e classificação pela autoridade competente”. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7967-18-setembro-1945-416614-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

As despesas com as passagens, o transporte de bagagens, assim como o encaminhamento do migrante nacional e do imigrante dirigido para São Paulo estavam sob a responsabilidade deste Estado. Como forma de auxílio para o custeio das despesas relacionadas às atividades definidas no acordo, o INIC comprometeu-se a entregar quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros à Secretaria do Estado dos Negócios da Agricultura⁴². O Departamento de Imigração e Colonização, por sua vez, deveria encaminhar relatórios gerais para o INIC a respeito da execução de seus serviços.

Ainda em 1955, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização firmou um acordo semelhante com a Divisão de Imigração da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná com o propósito de reger o desempenho das atividades relacionadas “à hospedagem, ao encaminhamento e à colocação de imigrantes e migrantes nacionais, dentro do referido Estado”⁴³. Sendo assim, a Divisão deveria ampliar os seus serviços e instalar postos de recepção, hospedagem e encaminhamento ou postos de colocação em cinco municípios: Paranaguá, Jacarezinho, Ponta Grossa, Londrina e Curitiba. Além disso, deveria remeter ao INIC a relação da procura de mão de obra no mercado de trabalho paranaense. Esse acordo vigorou até dezembro de 1955 e definiu que o INIC entregaria à Divisão de Imigração o valor de quinhentos e sessenta mil cruzeiros a fim de custear e manter as atividades propostas.

Os acordos estabelecidos entre o INIC e os Estados da União, publicados na revista mantida por este órgão, apontam que a execução dos serviços de imigração e colonização foi dirigida e parcialmente financiada pelo Instituto Nacional, o qual atribuiu as funções de hospedagem, encaminhamento e colocação de migrantes nacionais e imigrantes aos departamentos das Secretarias Estaduais de Agricultura. Na mensagem de março de 1954, Getúlio Vargas destacou alguns resultados do Censo de 1950 sobre as migrações internas, o qual apontou que “os maiores números de imigrados de outras Unidades da Federação encontram-se no Estado de São Paulo, no Distrito Federal e no Paraná”⁴⁴. Dessa forma, o INIC, em um primeiro momento, buscou

⁴¹ Acórdos entre o INIC e Gôvernos Estaduais para a Execução de Serviços de Hospedagem e Colocação de Imigrantes e Migrantes Nacionais. *Revista de Imigração e Colonização*. Órgão Oficial do Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Nova Fase. Ano XIV-XVI, Rio de Janeiro, 1955, p. 28.

⁴² Acórdos entre o INIC e Gôvernos Estaduais para a Execução de Serviços de Hospedagem e Colocação de Imigrantes e Migrantes Nacionais. *Revista de Imigração e Colonização*. Órgão Oficial do Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Nova Fase. Ano XIV-XVI, Rio de Janeiro, 1955, p. 28-29.

⁴³ Acórdos entre o INIC e Gôvernos Estaduais para a Execução de Serviços de Hospedagem e Colocação de Imigrantes e Migrantes Nacionais. *Revista de Imigração e Colonização*. Órgão Oficial do Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Nova Fase. Ano XIV-XVI, Rio de Janeiro, 1955, p. 29.

⁴⁴ Mensagem de Getúlio Vargas ao Congresso Nacional, de 15 de Março de 1954. Anais do Senado. Livro 3, 1954, p. 102. Disponível em:

estabelecer acordos com os estados que recebiam o maior número de contingentes migratórios, estimado em 590 mil no Paraná e 557 mil em São Paulo.

Considerações finais

No segundo governo de Getúlio Vargas, as autoridades governamentais passaram a executar funções mais ativas nos sistemas político, financeiro e econômico do Brasil com o propósito de fomentar um projeto de desenvolvimento capitalista nacional e industrializante. Buscava-se o desenvolvimento regido pela própria dinâmica interna para que o ritmo de crescimento não fosse limitado pelos estrangulamentos externos e internos, a exemplo da insuficiência da oferta dos setores de energia e dos setores de transportes. Além disso, na concepção do presidente, somente a partir do desenvolvimento econômico e de melhorias nas condições de bem-estar do povo brasileiro é que poderia existir a necessária coesão social interna para que o país pudesse romper a dependência em relação aos bens manufaturados e industriais, provenientes dos países desenvolvidos.

Vargas criou condições políticas, institucionais e econômicas essenciais para que se estabelecesse uma conjuntura interna favorável à consolidação de suas propostas nacionais-desenvolvimentistas. Nesse sentido, foi estabelecido o acordo de cooperação mútua entre Brasil e Estados Unidos, representado por uma comissão mista, que tinha como objetivo principal a fomentação do desenvolvimento econômico brasileiro e a superação da escassez de recursos financeiros e tecnológicos. Além disso, o governo elaborou e aprovou diversos projetos importantes, como o da Petrobrás, o do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e o da Eletrobrás.

Nesse contexto, a criação da Carteira de Colonização do Banco do Brasil e do Instituto Nacional de Imigração e Colonização surgiu como um projeto que visava orientar o povoamento do território nacional e contribuir fundamentalmente para o desenvolvimento da agricultura e para a expansão da indústria nacional, a partir do controle e da distribuição da mão de obra disponível nas áreas urbana e rural.

Getúlio Vargas via com bons olhos a imigração de indivíduos qualificados para o Brasil, os quais significavam “um grande desafogo na carência nacional de trabalhadores qualificados e técnicos”. No entanto, esses imigrantes, preferencialmente europeus, deveriam ser selecionados pelo INIC para que “elementos perturbadores e

<http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1954/1954%20Livro%203.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2018.

indesejáveis” não adentrassem no país. O imigrante era visto como um “elemento útil” para o país desde que fosse um agricultor ou um operário qualificado, tratado, assim, como um “fator aditivo” aos recursos nacionais.